



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

EDITAL Nº 013/2026
CREDENCIAMENTO nº. 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 068/2026

1. **PREAMBULO:**

- 1.1. Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Cotegipe, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça da Bandeira, s/nº, Bairro Centro, Cotegipe-BA, inscrita no CNPJ sob nº. 13.654.892/0001-96, por meio da Equipe de Contratação, realizará CREDENCIAMENTO, nos termos da Lei 14.133/2021, em especial o seu art. 79, inciso I, e regulamentação municipal pertinente, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

2. **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

- 2.1. **Secretaria Requisitante:** Secretaria Municipal de Saúde.

- 2.2. **Solicitação atendida:** DFD P.A. nº. 068/2026.

2.3. **Da manifestação da intenção de se credenciar:**

- 2.3.1. A manifestação de interesse em se credenciar deverá ser formalizada mediante o encaminhamento do requerimento de participação (**modelo anexo II**), devidamente preenchido e assinado, acompanhado dos **documentos de habilitação previstos no item 6 deste Edital**, preferencialmente por meio eletrônico, para o endereço de e-mail: credenciamento@cotegipe.ba.gov.br, em formato digital (PDF).

- 2.3.2. Alternativamente, os interessados poderão apresentar o requerimento e a documentação exigida mediante protocolo físico, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cotegipe, localizado na Praça da Bandeira, s/nº, Bairro Centro, Cotegipe/BA – CEP: 47.900-000, durante o horário regular de expediente.

- 2.4. **Prazo de envio dos documentos:** A partir do dia **15/06/2026, até o dia 30/06/2026**, exclusivamente para fins de formação da primeira lista de credenciados, sem prejuízo do recebimento de novos pedidos durante a vigência do edital.

- 2.5. **Prazo de vigência do Edital:** 12 meses.

- 2.6. O órgão credenciante terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo(s) interessado(s).

- 2.7. **Da divulgação da lista de credenciados:** O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no [PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas \(Município de Cotegipe\)](#).

2.8. **Equipe de Contratação:**

- 2.8.1. Agente de Contratação: **João Marcos Guedes de Magalhães**;
- 2.8.2. Equipe de Apoio: **Arcanja Gomes Maciel Câmara, Railda da Silva Gama e Luanda da Câmara Moreira**.
- 2.8.3. Portaria nº. 34/2025.
- 2.8.4. Contato: (77) 99801-6979.

2.9. **Da impugnação ao edital e do pedido de esclarecimento:**

- 2.9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.
- 2.9.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:
- a. Por meio eletrônico, para o endereço de e-mail: credenciamento@cotegipe.ba.gov.br; e /ou



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

b. Plataforma eletrônica <https://portal.licitanet.com.br/login>.

- 2.9.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
- 2.9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 2.9.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O CREDENCIAMENTO:

- 3.1. Do Objeto: **CREDENCIAMENTO de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – Ba, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cotegipe, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes, conforme condições, quantidades, tabela orçamentária e exigências estabelecidas no Termo Referência e Edital.**

3.2. Tabela orçamentária:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMAS	UNIDADE	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Hospedagem em Salvador/Ba para pacientes do município de Cotegipe, em tratamento de saúde, contemplando: - Três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). - Traslado diário (ida e volta) dos pacientes para as unidades de saúde (hospitais e clínicas) e terminais rodoviários em Salvador-Ba.	Diária	4.200	R\$ 78,90	R\$ 331.380,00

4. PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:

- 4.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto deste credenciamento.
- 4.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município, ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, a comprovação será realizada em sessão pública mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 4.2.1. Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios: <https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>.
- 4.2.2. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- 4.2.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 4.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- 4.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- 4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), desde que não estejam concorrendo entre si; e



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

4.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.7. Empresas reunidas em consórcios poderão participar deste credenciamento: Não.

5. DECLARAÇÕES:

5.1. Ao participar deste Credenciamento, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.

- 5.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital de Credenciamento e seus anexos;
- 5.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Cotegipe;
- 5.1.3. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 5.1.4. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da documentação e/ou propostas;
- 5.1.5. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- 5.1.6. O fornecedor declarado neste processo cumpre, quando aplicável, as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e
- 5.1.7. Declaro o Atendimento ao art. 14, inciso I e/ou II da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5.1.8. Declaro que, caso o objeto seja relativo à execução de obra ou projeto, a empresa terá como responsável técnico pela execução do objeto, o profissional cujo acervo técnico foi apresentado como comprovação da qualificação técnica da licitante.
- 5.1.9. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.
- 5.1.10. Que não encontra-se em estado falimentar ou de recuperação judicial.

6. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

6.3. Habilitação:

6.3.1. Habilitação Jurídica:

- a. Estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, com todas as alterações ou consolidação, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente, contendo objeto social compatível com o objeto do credenciamento;
- b. No que couber, os documentos acima poderão ser substituídos por Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da empresa, atualizada, contendo informações suficientes para atestar a existência, regularidade e situação cadastral da pessoa jurídica.

6.3.2. Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b. Certidão conjunta de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e à Seguridade Social (INSS);
- c. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede da empresa;
- d. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- e. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

6.3.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

6.3.3.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

6.3.3.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtido pela aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
--

$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$

$LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$
--

6.3.3.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação (capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo) de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/lote pertinente.

6.3.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

6.3.3.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

6.3.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos na qualificação econômico-financeira deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

6.3.3.7. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

6.3.4. **Qualificação Técnica:**

6.3.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o(s) item(ns) pretendido(s), mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica operacional, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. O interessado participante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação,



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

6.3.4.2. A empresa/entidade deverá apresentar comprovação dos seguintes requisitos:

Estrutura Física Adequada

- Estrutura física compatível com a demanda, contendo número mínimo de leitos e ambientes apropriados, tais como quartos, banheiros, refeitório, áreas de convivência e demais espaços essenciais ao atendimento;
- Registro fotográfico atualizado das dependências da casa/instalação;
- Comprovante de propriedade do imóvel ou contrato de locação em nome da empresa.

Veículos para Atendimento e Traslados

- Comprovante de propriedade de veículos (vans ou equivalentes) destinados ao transporte dos usuários ou contrato de locação em nome da empresa;
- Documentação dos veículos atualizada e comprovação de manutenção preventiva e corretiva em dia;
- Registro fotográfico dos veículos

Equipe Técnica – Nutricionista

- Comprovante de nutricionista integrante da equipe, podendo ser vínculo direto ou contrato de prestação de serviços;
- Apresentação dos cardápios utilizados, incluindo opções específicas para dietas restritivas (hipossódicas, hipoglicêmicas, alergias, intolerâncias, etc.).
- Declaração de indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica.

7. DA FORMA DE ENCAMINHAMENTO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO:

7.1. Encaminhamento por meio eletrônico (e-mail):

- 7.1.1. documentação exigida para fins de credenciamento poderá ser encaminhada por meio eletrônico, para o endereço credenciamento@cotegipe.ba.gov.br, em formato digital (PDF), sendo o interessado inteiramente responsável pela veracidade e integridade das informações prestadas no requerimento e nos documentos encaminhados.
- 7.1.2. No caso de envio por e-mail, recomenda-se que o interessado solicite confirmação de recebimento, sendo de sua exclusiva responsabilidade o correto envio e o efetivo recebimento da documentação dentro do prazo estabelecido neste Edital.
- 7.1.3. Documentos encaminhados em formato diverso do exigido, ilegíveis, incompletos ou fora do prazo serão desconsiderados para fins de credenciamento.
- 7.1.4. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação dos documentos originais ou de cópias autenticadas, para fins de conferência e validação das informações prestadas.

7.2. Entrega Presencial:

- 7.2.1. Alternativamente, os documentos exigidos para o credenciamento poderão ser apresentados **presencialmente**, em **envelope devidamente lacrado**, no local indicado neste Edital, durante o horário de expediente.
- 7.2.2. Recomenda-se que o envelope contenha, de forma clara e legível, a seguinte identificação externa:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

ENVELOPE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE,
CREDENCIAMENTO nº. 004/2026
PROPONENTE/EMPRESA: (nome/razão social)
CNPJ: (número de inscrição)
TELEFONE P/CONTATO: (DDD) (Número)

7.3. Requisitos gerais da documentação:

- 7.3.1. Não serão aceitos documentos que apresentem rasuras, adulterações ou estejam ilegíveis, de forma a comprometer a análise de seu conteúdo.
- 7.3.2. É imprescindível que todos os documentos apresentados estejam dentro do prazo de validade na data de seu encaminhamento ou protocolo.
- 7.3.3. Os documentos que não consignarem prazo de validade serão considerados válidos pelo período de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão, ressalvados aqueles com validade indeterminada, conforme legislação específica.
- 7.3.4. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.
- 7.3.5. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.3.6. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.4. Análise da documentação e diligências:

- 7.4.1. A Equipe de Contratação procederá à análise da documentação apresentada, verificando o atendimento aos requisitos de habilitação e às condições de credenciamento estabelecidas neste Edital.
- 7.4.2. Quando necessário, poderão ser realizadas diligências, nos termos da legislação vigente, para esclarecimento ou complementação de informações.
- 7.4.3. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.4.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.
- 7.4.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

7.5. Indeferimento do credenciamento:

7.6. Não serão credenciados os interessados cujos requerimentos:

- a. apresentarem desconformidade com as exigências deste Edital ou de seus anexos, ou contiverem vícios insanáveis;
- b. apresentarem vantagens, condições ou informações não previstas no Edital, as quais não serão consideradas para qualquer efeito;
- c. deixarem de atender às diligências regularmente solicitadas, quando cabíveis;
- d. após verificação, constatar-se que o interessado não se enquadra no objeto do credenciamento, ou que tenha ocorrido fraude, falsidade documental ou prestação de informações inverídicas,



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotequipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

hipótese que poderá caracterizar ilícito administrativo e penal, sujeitando o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

7.7. Da divulgação da lista de credenciados:

- 7.7.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no [PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas \(Município de Cotequipe\)](#).

8. EM QUE SITUAÇÃO VOCÊ, ENQUANTO PROPONENTE, PODERÁ SER SANCIONADO:

8.1. As infrações administrativas praticadas pelo interessado ou credenciado serão sancionadas de acordo com a sua natureza e gravidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante processo administrativo sancionador, nos termos da legislação vigente e das normas da Prefeitura Municipal de Cotequipe.

8.2. Configuram infrações administrativas, entre outras previstas em lei, as condutas que atentem contra os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como aquelas que envolvam fraude, falsidade documental ou prática de atos lesivos à Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas aplicáveis.

8.3. Sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, sujeitam o interessado ou credenciado às penalidades abaixo as seguintes infrações:

Item	INFRAÇÃO COMETIDA	POSSÍVEL PENALIDADE
I.	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento, ou prestar informação inverídica	Descrédenciamento
		Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
II.	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza no procedimento de credenciamento ou na execução dos serviços	Descrédenciamento
		Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
III.	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Descrédenciamento
		Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
IV.	Deixar de apresentar, injustificadamente, a documentação exigida para formalização do Termo de Credenciamento, ou recusar-se a firmá-lo, após deferimento do pedido e regular convocação	Descrédenciamento
		Multa administrativa, quando houver prejuízo comprovado
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotequipe

8.4. As sanções aplicáveis aos atos praticados durante a execução dos serviços decorrentes do credenciamento constam da **minuta do contrato ou termo equivalente**, integrante dos anexos deste Edital.

9. INFORMAÇÕES GERAIS:

9.1. Dos Recursos:

- 9.1.1. O interessado cuja análise da documentação resultar no indeferimento do credenciamento poderá interpor recurso administrativo, devidamente fundamentado, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da publicação da decisão pela Comissão/Equipe de Contratação, sob pena de preclusão.

- 9.1.1.1.** Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico, para o e-mail credenciamento@cotequipe.ba.gov.br, ou mediante protocolo presencial, sendo



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

admitidos exclusivamente para impugnar questões relativas à habilitação ou inabilitação dos interessados.

9.1.2. O recurso será dirigido à comissão/equipe de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.1.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.1.4. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

9.1.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.1.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:

- a. <https://pncp.gov.br/app/editais?q=MUNICIPIO%20DE%20COTEGIPE&status=todos&pagina=1&municipios=1940>;
- b. <https://licitanet.com.br/sessao-publica>;

9.2. Da Contratação

9.2.1. Após divulgação da lista de credenciados, a Administração poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.2. A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.2.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela Administração, será de **03 (três) dias**.

9.2.4. O prazo de que trata o item acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

9.2.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.2.6. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.7. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

9.3. Da vigência do Credenciamento e do(s) Contrato(s):

9.3.1. O prazo de validade do Edital de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

9.3.1.1. Durante a vigência do edital, novos interessados poderão requerer o credenciamento a qualquer tempo, desde que atendam integralmente às exigências nele previstas.

9.3.2. O prazo de vigência dos contratos originários deste Credenciamento será de até 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com base no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2.1. As regras aplicáveis à contratação, incluindo condições, exigências e demais aspectos pertinentes, encontram-se detalhadas na **Minuta de Contrato** (Anexo III) deste edital.

9.4. Critérios para definição da ordem de contratação dos credenciados:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

9.4.1. Conforme termo de referência.

9.5. **Do Descredenciamento:**

9.5.1. Conforme termo de referência.

9.6. **Disposições finais:**

- 9.6.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 9.6.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 9.6.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 9.6.4. É facultado à Comissão/Equipe de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase deste CREDENCIAMENTO, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 9.6.5. Nossos canais de atendimento: credenciamento@cotegipe.ba.gov.br / (77) 3621-2424 (08h às 12h e das 14h às 17h).
- 9.6.6. Onde estamos: Praça da Bandeira, s/nº., Bairro Centro, Cotegipe/BA, CEP nº. 47900-000.
- 9.6.7. Normas: [Lei 14.133/2021](#), Decreto Municipal nºs. 140/2023 e 001/2024.
- 9.6.8. Legislação especial: Sim.
- Código Civil Brasileiro ([Lei nº. 10.406/02](#));
 - Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº. 8.078/90](#));
 - Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei 13.709/2018](#));
 - Demais legislações correlatas.
- 9.6.9. Veículos de publicação:
- [PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas \(Município de Cotegipe\)](#);
 - [Plataforma LICITANET](#);
 - [DOM – Diário Oficial do Município \(Município de Cotegipe\)](#);
 - Diário Oficial da União, seção 3;
 - Jornal de Grande Circulação.
- 9.6.10. Integram este edital, os seguintes anexos:
- Anexo I: Termo de Referência;
 - Anexo II: Modelo Requerimento de Credenciamento;
 - Anexo III: Minuta de Contrato;
 - Anexo IV: Modelos sugeridos de Declaração e de Procuração.

Cotegipe-BA, 05 de maio de 2026.

JOÃO MARCOS GUEDES DE MAGALHÃES

Agente de Contratação
Portaria nº. 34/2025



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, CoteGipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

ANEXO I **TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DADOS GERAIS:

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE
Área requisitante:	Secretaria Municipal de Saúde;

2. OBJETO:

2.1. CREDENCIAMENTO de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – Ba, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de CoteGipe, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes, conforme condições, quantidades/tabela orçamentária e exigências estabelecidas neste termo.

2.2. Tabela orçamentária:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMAS	UNIDADE	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
2	Hospedagem em Salvador/Ba para pacientes do município de São CoteGipe, em tratamento de saúde, contemplando: - Três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). - Traslado diário (ida e volta) dos pacientes para as unidades de saúde (hospitais e clínicas) e terminais rodoviários em Salvador-Ba	Diária	4.200	R\$ 78,90	R\$ 331.380,00

2.2.1. A Administração ressalta que não se obriga à contratação integral das quantidades/valores indicados na tabela orçamentária, tratando-se de estimativas destinadas exclusivamente ao planejamento da contratação.

2.2.2. Requisitos da Contratação:

A contratação será realizada por meio de **credenciamento**, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos, especialmente quanto à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e à qualificação exigida, conforme a natureza do item.

Poderão se credenciar **pessoas jurídicas** que atendam, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Estar regularmente constituídos, quando pessoas jurídicas, ou legalmente aptos, quando pessoas físicas, mantendo durante toda a vigência do credenciamento as condições de habilitação exigidas;
- Estar cadastrados no SICAF ou apresentar a documentação equivalente prevista no edital, conforme aplicável;
- Comprovar capacidade para executar os serviços ou fornecer os bens objeto do credenciamento, dispondo de estrutura, equipamentos, materiais e mão de obra compatíveis com o item pretendido;
- Atender às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência e executar os serviços ou fornecer os bens com observância aos padrões de qualidade, segurança e adequação ao evento, responsabilizando-se, quando couber, pela instalação, operação e desmontagem;
- Atender às demandas de forma futura, eventual e sob demanda, mediante requisições e autorizações formais da Administração, observada a disponibilidade orçamentária;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

- Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, bem como substituir, sem ônus adicional, estruturas, equipamentos ou serviços que apresentem defeitos, inadequações ou desconformidade com as especificações;
- Cumprir as normas de segurança, saúde ocupacional, acessibilidade, legislação ambiental e demais disposições legais aplicáveis.

2.3. Da natureza do objeto:

☒ Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº. 140/2023 "que regulamenta o disposto no artigo 20 da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município, nas categorias de qualidade de comum e de luxo."

☒ Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação torna-se imprescindível, pois a Secretaria Municipal de Saúde de Cotegipe não dispõe de casa de apoio própria na cidade de Salvador/BA, e grande parte da população não possui condições financeiras para custear hospedagem, alimentação e transporte durante o período de tratamento médico especializado. Para acessar serviços de saúde de média e alta complexidade, como oncologia, cardiologia pediátrica, exames e cirurgias cardíacas, dentre outros, ofertados prioritariamente na capital por meio dos sistemas de regulação ambulatorial (Sistema Vida+ e Lista Única da Bahia), os munícipes precisam deslocar-se até Salvador, enfrentando barreiras financeiras e logísticas significativas.

Atualmente, o Município de Cotegipe possui 90 pacientes cadastrados no Programa de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), dos quais 78 realizam acompanhamento médico na cidade de Salvador/BA, sendo a maioria em tratamento oncológico, o que exige longos períodos de permanência na capital. Além desse quantitativo, há em média 25 pacientes por mês que necessitam deslocar-se para a realização de exames e procedimentos de alta complexidade não disponíveis na região, somando-se ainda cerca de 25 pacientes mensais encaminhados pelo TFD. Dessa forma, estima-se que aproximadamente 50 pacientes, acompanhados de seus responsáveis, necessitem de atendimento em Salvador a cada mês, com variações significativas no tempo de permanência, a depender do tipo e da duração do tratamento, que em muitos casos se estende por meses consecutivos.

A distância aproximada de 833 km entre Cotegipe e Salvador impõe barreiras socioeconômicas expressivas, dificultando o acesso contínuo ao tratamento para uma população já em situação de vulnerabilidade. Esse cenário evidencia de forma clara a necessidade imprescindível de suporte institucional estruturado, contemplando hospedagem adequada, alimentação balanceada e transporte seguro, de modo a garantir a continuidade, efetividade e humanização dos cuidados em saúde prestados aos munícipes. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de hospedagem, com fornecimento de três refeições diárias e transporte diário (ida e volta) entre hospitais, clínicas, terminais rodoviários e a casa de apoio, medida adequada para garantir a continuidade e integralidade do tratamento de saúde, reduzir desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pelos pacientes em deslocamento, efetivar o direito fundamental à saúde e promover a humanização do cuidado, com suporte logístico e segurança aos usuários do SUS.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, a ser garantida por meio de políticas sociais e econômicas que promovam a redução do risco de doenças e assegurem o acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. O artigo 197 atribui relevância pública às ações e serviços de saúde, incumbindo ao Poder Público sua regulamentação, fiscalização e controle, podendo a execução ocorrer de forma direta ou indireta, inclusive por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Complementarmente, a Lei nº 8.080,



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

de 19 de setembro de 1990, disciplina as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, servindo de fundamento legal para a implementação de medidas que garantam o atendimento adequado aos pacientes.

Nesse contexto, destaca-se ainda a Portaria SAS/MS nº 55, de 24 de fevereiro de 1999, que regulamenta o Tratamento Fora do Domicílio (TFD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa norma assegura o custeio de despesas com transporte, hospedagem e alimentação de pacientes e, quando necessário, de seus acompanhantes, nos casos em que não houver no município de residência oferta de serviços assistenciais capazes de suprir suas necessidades terapêuticas. Tal dispositivo reforça a responsabilidade do ente municipal em adotar medidas que viabilizem o acesso aos serviços de média e alta complexidade, garantindo integralidade e continuidade do cuidado.

Verifica-se, assim, a imprescindibilidade da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de hospedagem, com fornecimento de três (03) refeições diárias e transporte diário (ida e volta) entre hospitais, clínicas, terminais rodoviários e a casa de apoio, como medida adequada e eficiente para garantir:

- A continuidade e integralidade do tratamento de saúde;
- A redução das desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pelos pacientes em deslocamento;
- A efetivação do direito fundamental à saúde, nos termos dos artigos 6º e 196 da Constituição Federal;
- A humanização do cuidado, com suporte logístico e segurança aos usuários do SUS.

Portanto, a presente contratação configura medida de relevante interesse público, indispensável para assegurar acesso igualitário aos serviços de saúde de referência, promover a dignidade da pessoa humana e atender, de forma eficiente, às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Cotegipe/BA.

4. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO:

4.1. Da modalidade escolhida [Credenciamento]

Justificativa:

A contratação será realizada por meio de **credenciamento**, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e em seus anexos, especialmente quanto à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e à qualificação exigida, conforme a natureza do item.

Poderão se credenciar **pessoas jurídicas** que atendam, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Estar regularmente constituídos, quando pessoas jurídicas, ou legalmente aptos, quando pessoas físicas, mantendo durante toda a vigência do credenciamento as condições de habilitação exigidas;
- Estar cadastrados no SICAF ou apresentar a documentação equivalente prevista no edital, conforme aplicável;
- Comprovar capacidade para executar os serviços ou fornecer os bens objeto do credenciamento, dispondo de estrutura, equipamentos, materiais e mão de obra compatíveis com o item pretendido;
- Atender às especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência e executar os serviços ou fornecer os bens com observância aos padrões de qualidade, segurança e adequação ao evento, responsabilizando-se, quando couber, pela instalação, operação e desmontagem.
- Atender às demandas de forma futura, eventual e sob demanda, mediante requisições e autorizações formais da Administração, observada a disponibilidade orçamentária;
- Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, bem como substituir, sem ônus adicional, estruturas, equipamentos ou serviços que apresentem defeitos, inadequações ou desconformidade com as especificações;

Cumprir as normas de segurança, saúde ocupacional, acessibilidade, legislação ambiental e demais disposições legais aplicáveis.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

4.2. Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021?

Justificativa:

Não será aplicado neste procedimento, em razão da natureza e estrutura jurídica do sistema de credenciamento, que difere das licitações tradicionais com julgamento competitivo. No credenciamento, não há disputa de preços, lances ou critérios de classificação por ordem de vantagem, sendo admitida a habilitação de todos os interessados que atendam às exigências do edital.

O procedimento é regido pelo princípio da isonomia material e do caráter aberto e contínuo, permitindo que qualquer fornecedor apto possa se credenciar a qualquer tempo, enquanto vigente o edital.

Portanto, a não aplicação do tratamento diferenciado não implica prejuízo ao acesso de microempresas ou empresas de pequeno porte, as quais, inclusive, representam a maior parte dos potenciais interessados locais no fornecimento objeto do presente credenciamento.

4.3. Do agrupamento de itens em lotes:

A aquisição/contratação se dará em lotes?

☒ Não.

☐ Sim.

Justificativa:

Não se aplica.

5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

5.1. Para fins de credenciamento, o interessado deverá apresentar requerimento formal instruído com a documentação exigida para habilitação:

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

À
EQUIPE/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COTEGIPE

ASSUNTO: Requerimento de Credenciamento

[NOME COMPLETO OU RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO], inscrito(a) no CPF/CNPJ nº [xxx.xxx.xxx-xx / xx.xxx.xxx/0001-xx], com endereço/sede à [endereço completo, incluindo CEP], neste ato representado(a) por [nome do representante legal, quando aplicável], portador(a) do RG nº [xxxxxxxx] e CPF nº [xxx.xxx.xxx-xx], vem, respeitosamente, à presença dessa Comissão, requerer seu credenciamento, nos termos do Edital de Credenciamento nº [número/ano], cujo objeto é: CREDENCIAMENTO de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – Ba, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cotegipe, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes.

ITENS PARA OS QUAIS REQUER CREDENCIAMENTO

Assinalar com "SIM" os itens de interesse:

Item	Descrição	Interesse () SIM
1.	Hospedagem em Salvador/Ba para pacientes do município de São Cotegipe, em tratamento de saúde, contemplando: - Três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). - Traslado diário (ida e volta) dos pacientes para as unidades de saúde (hospitais e clínicas) e terminais rodoviários em Salvador-Ba, conforme termo de referência.	

DECLARAÇÕES



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

O(a) requerente declara, para todos os fins legais, que:

1. Possui pleno conhecimento do conteúdo do Edital de Credenciamento, do Termo de Referência e de todos os seus anexos, aceitando integralmente as condições, cláusulas e exigências neles estabelecidas;
2. Atende e comprova todos os requisitos de habilitação e qualificação exigidos no instrumento convocatório, compatíveis com os itens para os quais solicita credenciamento;
3. Compromete-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
4. Está ciente de que o presente requerimento será objeto de análise e decisão pela Comissão de Contratação;
5. Reconhece que o credenciamento **não gera direito subjetivo à contratação**, estando eventual contratação condicionada à demanda da Administração, à disponibilidade orçamentária e às regras estabelecidas no edital.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Cidade/UF, xx de xxxxx de 2026.

Nome/Razão Social do Requerente
Nome do Representante Legal (quando aplicável)

Telefone: (____) _____

E-mail: _____

(Assinatura)

6. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de credenciamento, as interessadas deverão comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, mediante a apresentação da documentação listada a seguir, conforme a sua natureza jurídica:

6.1. Habilitação:

6.1.1. Habilitação Jurídica:

- a. Estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, com todas as alterações ou consolidação, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente, contendo objeto social compatível com o objeto do credenciamento;
- b. No que couber, os documentos acima poderão ser substituídos por Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da empresa, atualizada, contendo informações suficientes para atestar a existência, regularidade e situação cadastral da pessoa jurídica.

6.1.2. Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b. Certidão conjunta de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e à Seguridade Social (INSS);
- c. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede da empresa;
- d. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- e. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 6.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

- 6.1.3.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

- 6.1.3.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social e obtido pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$$

$$LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$$

6.1.3.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação (capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo) de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/lote pertinente.

6.1.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

6.1.3.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

6.1.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos na qualificação econômico-financeira deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

6.1.3.7. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

6.1.4. **Qualificação Técnica:**

6.1.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o(s) item(ns) pretendido(s), mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica operacional, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. O interessado participante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

6.1.4.2. A empresa/entidade deverá apresentar comprovação dos seguintes requisitos:

Estrutura Física Adequada

- Estrutura física compatível com a demanda, contendo número mínimo de leitos e ambientes apropriados, tais como quartos, banheiros, refeitório, áreas de convivência e demais espaços essenciais ao atendimento;
- Registro fotográfico atualizado das dependências da casa/instalação;
- Comprovante de propriedade do imóvel ou contrato de locação em nome da empresa;

Veículos para Atendimento e Traslados

- Comprovante de propriedade de veículos (vans ou equivalentes) destinados ao transporte dos usuários ou contrato de locação em nome da empresa;
- Documentação dos veículos atualizada e comprovação de manutenção preventiva e corretiva em dia;
- Registro fotográfico dos veículos.

Equipe Técnica – Nutricionista



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

- Comprovante de nutricionista integrante da equipe, podendo ser vínculo direto ou contrato de prestação de serviços;
- Apresentação dos cardápios utilizados, incluindo opções específicas para dietas restritivas (hipossódicas, hipoglicêmicas, alergias, intolerâncias, etc.).

- a) Declaração de indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica.

7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, "h" da Lei nº. 14.133/21)

- 7.1.** A seleção dos fornecedores dar-se-á por meio de **credenciamento**, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, modalidade que permite a contratação direta de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas pela Administração.
- 7.2.** O critério de seleção adotado será o previsto no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, ou seja, **paralela e não excludente**: hipótese em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas com diversos fornecedores, desde que observadas as condições uniformes previamente estabelecidas no edital de credenciamento.

8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Forma de Execução:

- ☒ Fornecimento imediato
- ☐ Fornecimento parcelado/continuado
- ☐ Fornecimento / Serviço não continuado
- ☒ Prestação de serviço imediato
- ☒ Prestação de serviços de forma parcelada e sob demanda, em regime continuado e não exclusivo
- ☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Contrato de fornecimento com serviço continuado com predominância de mão de obra
- ☐ Locação de imóvel

8.2. Critérios para definição da ordem de contratação dos credenciados

- 8.2.1.** Considerando que se trata de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para execução dos serviços observará a isonomia, impessoalidade, economicidade e eficiência, assegurando igualdade de oportunidades entre os interessados, mediante a distribuição da demanda, conforme os critérios abaixo:

- 8.2.1.1.** A Administração adotará, como regra geral, o **sistema de rodízio**, observada a **ordem cronológica de credenciamento**, dentre os credenciados que:

- a. estejam regularmente habilitados e ativos no sistema de credenciamento;
- b. possuam capacidade operacional compatível com o serviço demandado; e
- c. estejam **habilitados para o tipo específico de serviço** a ser executado.

- 8.2.1.1.1.** O rodízio será controlado por meio de registro formal das ordens de serviço, garantindo rastreabilidade e possibilidade de fiscalização.

- 8.2.1.2.** Na definição do credenciado a ser convocado, será observada a compatibilidade técnica entre:

- a. o tipo da demanda;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, CoteGipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

- b. a **quantidade, o porte e as especificações** dos bens ou serviços requeridos; e
- c. a **estrutura operacional disponível** do credenciado, incluindo logística, equipamentos e pessoal necessário à execução.

8.2.1.2.1. A Administração **não estará obrigada** a convocar credenciado que, embora regularmente habilitado, **não disponha de condições operacionais imediatas** para atendimento da demanda, devidamente justificado no processo.

8.2.1.3. A **disponibilidade e o prazo de atendimento** poderão ser considerados, podendo a Administração priorizar o credenciado que:

- a. apresentar menor prazo para disponibilização dos bens ou início do serviço;
- b. garantir atendimento imediato, quando a situação assim exigir; e
- c. demonstrar condições reais de execução, **sem prejuízo da qualidade**.

8.2.1.4. Mediante justificativa formal, a Administração poderá afastar a aplicação do rodízio, nos casos de:

- a. urgência ou emergência, que possam comprometer a continuidade do serviço público;
- b. indisponibilidade operacional do credenciado convocado; ou
- c. situações em que a escolha diversa se mostre **mais vantajosa ao interesse público**, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

8.2.1.5. Nos casos em que a contratada/credenciada não puder atender ao chamado dentro dos prazos estabelecidos, deverá comunicar formalmente a Administração de forma imediata, a fim de possibilitar a redistribuição da demanda entre os demais credenciados.

8.2.1.6. O descumprimento injustificado dos prazos de atendimento, diagnóstico ou execução poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas, sem prejuízo da redistribuição do serviço a outro credenciado.

8.3. Do Descredenciamento

8.3.1. Será realizado o descredenciamento quando houver:

- 8.3.1.1.** a pedido do próprio credenciado, mediante solicitação formal, apresentada com antecedência mínima de 03 (três) dias;
- 8.3.1.2.** perda das condições de habilitação do credenciado;
- 8.3.1.3.** descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- 8.3.1.4.** sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

8.3.2. O pedido de descredenciamento de que trata o item 8.3.1.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

8.3.3. Nas hipóteses previstas nos subitens 8.3.1.2 e 8.3.1.3 além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

8.3.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

8.3.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

9.1. Da CONTRATADA/CREDENCIADA

- a. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental e de segurança do trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes da execução dos serviços, não gerando qualquer vínculo empregatício com a Administração;
- b. Executar os serviços com eficiência, zelo e boa-fé, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- a. Cumprir todas as normas de segurança, acessibilidade, saúde e meio ambiente aplicáveis às atividades desempenhadas;
- b. Responsabilizar-se por qualquer dano causado a terceiros ou à Administração decorrente da execução dos serviços;
- c. Emitir nota fiscal ou recibo correspondente aos serviços prestados, conforme legislação vigente, quando aplicável;
- d. Observar os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e boa-fé durante toda a execução do serviço;
- e. Reconhecer que o credenciamento não gera vínculo empregatício, sendo a prestação do serviço eventual, sem subordinação, exclusividade ou habitualidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- f. Permitir e facilitar à fiscalização ou supervisão do Município de Cotegipe/BA, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;
- g. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de chamamento;
- h. Responder pelos danos causados diretamente a esta Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação dos serviços;
- i.

9.2. Da CONTRATANTE/CREDENCIANTE

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a. Realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;
- b. Publicar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;
- c. Acompanhar e fiscalizar, com rigor, o cumprimento do objeto desta contratação, a fim de que os serviços sejam realizados com eficiência;
- d. Fornecer, em tempo hábil, as informações e documentos necessários ao cumprimento das obrigações do contratado;
- e. Efetuar o pagamento devido nas condições da legislação municipal.

10. DO CONTRATO

10.1. Instrumento Contratual

- ☒ Contrato.
- ☐ Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica.
- ☒ Autorização de Fornecimento.
- ☒ Outro: nota de empenho, ou documento equivalente.

10.2. Da Contratação

10.2.1. Após divulgação da lista de credenciados, a Administração poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa,



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, CoteGipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.2.A Administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

10.2.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela Administração, será de **03 (três)** dias.

10.2.4. O prazo de que trata o item acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.2.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

10.2.6. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.7. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10.3. Vigência

10.3.1. O prazo de validade do Edital de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

10.3.1.1. Durante a vigência do edital, novos interessados poderão requerer o credenciamento a qualquer tempo, desde que atendam integralmente às exigências nele previstas.

10.3.2. O prazo de vigência dos contratos originários deste Credenciamento será de até 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com base no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.2.1. As regras aplicáveis à contratação, incluindo condições, exigências e demais aspectos pertinentes, encontram-se detalhadas na **Minuta de Contrato** que vincula o edital.

10.4. Gestão e Fiscalização

Gestor(a):

Nome:	Silvania de Oliveira da Câmara
Portaria:	35/2025

Fiscal(is):

Nome:	Daniella Kalyne de Souza Prado
Matricula:	4827

11. DO PAGAMENTO

11.1. Condições de Pagamento:

11.1.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (tinta) dias, contados da data de entrega do objeto, prestação do serviço ou medição que ocorrerá mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado.

11.1.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

11.1.3. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

11.1.4. Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

- 11.1.5.** A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.
- 11.1.6.** No caso de o contratado emitir nota fiscal eletrônica, para atender o AJUSTE SINIEF 08/2010, deverá enviar o arquivo em formato XML/PDF, para o e-mail institucional contabilidade@cotegipe.ba.gov.br.
- 11.1.7.** Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.
- 11.1.8.** O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.
- 11.1.9.** O pagamento efetuado após o prazo estabelecido será considerado em atraso, gerando para o contratado o direito à atualização monetária considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, mediante aplicação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = VP (0,00016438356 \times N + I)$, onde:
EM = Encargos moratórios a ser acrescido ao valor normal do pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento; e
I = Variação do IPCA no período de atraso.

- 11.1.10.** Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Previsão orçamentária para a contratação:

☐ Desnecessária por ser Sistema de Registro de Preços.

☒ Existe previsão orçamentária.

☐ Não há previsão orçamentária.

12.1.1. Rubrica orçamentária para a contratação:

UNIDADE: 02.05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

ATIVIDADE: 10.301.008.2.034 - GESTÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - REC. PRÓPRIOS (15%)

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTES DE RECURSO: 1.500.1002 - RECEITAS E TRANSF. DE IMPOSTOS - SAÚDE (CO 1002)

13. INFRAÇÕES E PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 13.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita o Art. 156, §2º, da Lei Nº 14.133, de 2021;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme cita Art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:
 - a. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - b. *Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;*
 - c. *Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;*
 - d. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.*
- 13.3.** A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
- 13.4.** Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme Art. 156, §7º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
- 13.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme citado no Art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021;
- 13.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme citado no Art. 156, §8º, da Lei Nº 14.133, de 2021;
- 13.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 13.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 13.9.** Na aplicação das sanções serão considerados, conforme citado no Art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:
 - a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b. as peculiaridades do caso concreto;
 - c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Nº 14.133, de 2021, Art. 159;
- 13.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme Art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021;
- 13.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021;

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei Nº 14.133, de 2021;

13.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 26, de 2022.

14. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO/REFERÊNCIA

Conforme estabelecido no item 2.2 deste termo de referência.

15. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Cotegipe-BA, 05 de maio de 2026.

Gonçalo Teixeira Prado Filho
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº. 003/2025



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, CoteGipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

ANEXO II

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

À
EQUIPE/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COTEGIPE

ASSUNTO: Requerimento de Credenciamento

[NOME COMPLETO OU RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO], inscrito(a) no CPF/CNPJ nº [xxx.xxx.xxx-xx / xx.xxx.xxx/0001-xx], com endereço/sede à [endereço completo, incluindo CEP], neste ato representado(a) por [nome do representante legal, quando aplicável], portador(a) do RG nº [xxxxxxxx] e CPF nº [xxx.xxx.xxx-xx], vem, respeitosamente, à presença dessa Comissão, requerer seu credenciamento, nos termos do Edital de Credenciamento nº [número/ano], cujo objeto é: CREDENCIAMENTO de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – Ba, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de CoteGipe, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes.

ITENS PARA OS QUAIS REQUER CREDENCIAMENTO

Assinalar com “SIM” os itens de interesse:

Item	Descrição	Interesse
2.	Hospedagem em Salvador/Ba para pacientes do município de São CoteGipe, em tratamento de saúde, contemplando: - Três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). - Traslado diário (ida e volta) dos pacientes para as unidades de saúde (hospitais e clínicas) e terminais rodoviários em Salvador-Ba, conforme termo de referência.	() SIM

DECLARAÇÕES

O(a) requerente declara, para todos os fins legais, que:

6. Possui pleno conhecimento do conteúdo do Edital de Credenciamento, do Termo de Referência e de todos os seus anexos, aceitando integralmente as condições, cláusulas e exigências neles estabelecidas;
7. Atende e comprova todos os requisitos de habilitação e qualificação exigidos no instrumento convocatório, compatíveis com os itens para os quais solicita credenciamento;
8. Compromete-se a manter, durante toda a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
9. Está ciente de que o presente requerimento será objeto de análise e decisão pela Comissão de Contratação;
10. Reconhece que o credenciamento **não gera direito subjetivo à contratação**, estando eventual contratação condicionada à demanda da Administração, à disponibilidade orçamentária e às regras estabelecidas no edital.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Cidade/UF, xx de xxxxx de 2026.

Nome/Razão Social do Requerente
Nome do Representante Legal (quando aplicável)

Telefone: (____) _____

E-mail: _____

(Assinatura)



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotequipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO n.º. ____/2026.

- I. **CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE COTEGIPE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça da Bandeira, s/nº., Bairro Centro, Cotequipe/BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.654.892/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**; e a empresa _____, Pessoa Jurídica de _____, com sede na _____, nº. _____, Bairro _____, Cidade _____/UF, inscrita no CNPJ/MF nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA**.
- II. **REPRESENTANTES:** Representa a **CONTRATANTE** a Prefeita, a **Sr.ª BEATRIZ BATISTA RIBEIRO CALADO**, brasileira, professora, portadora do CPF/MF nº. 219.387.765-34 e da Carteira de Identidade RG nº. 05.829.844-40/SSP-BA, residente e domiciliado nesta cidade; e a **CONTRATADA** o(a) **Sr.(a)** _____, brasileiro(a), casado(a), empresário(a), portador(a) do CPF/MF nº. _____, e da Carteira de Identidade RG nº. _____ SSP/____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº. _____, Bairro _____, Cidade _____/UF.
- III. **DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL:** O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da **Sr.ª BEATRIZ BATISTA RIBEIRO CALADO**, Prefeita Municipal, referente ao **CREDENCIAMENTO n.º. 004/2026**, vinculada ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º. 068/2026**, que independente de transcrição integra este instrumento, e observadas às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Contrato a **CREDENCIAMENTO de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para pacientes em tratamento de saúde na cidade de Salvador – Ba, incluindo fornecimento de três (03) refeições diárias para pacientes e acompanhantes, bem como serviço de traslado diário (ida e volta) entre as unidades de saúde (hospitais e clínicas), terminais rodoviários e a casa de apoio. O serviço visa atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cotequipe, garantindo conforto, segurança e suporte logístico aos pacientes e seus acompanhantes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital de credenciamento e seus anexos.

1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Processo Administrativo nº. PA nº. 068/2026, Credenciamento nº. 004/2026 e seus anexos;
- Documento de Formalização de Demanda.
- O Termo de Referência;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.1 - Os documentos mencionados nesta cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

1.3.2 - Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar ao interesse público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1. A execução do presente Termo de Contratação observará o modelo estabelecido no Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, CoteGipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

2.2. Fica vinculado este termo contratual às condições do Edital de Credenciamento nº. 004/2026 e seus anexos, que são partes integrantes deste Contrato, como se transcritos estivessem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de validade do Edital de Credenciamento será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

3.1.1 Durante a vigência do edital, novos interessados poderão requerer o credenciamento a qualquer tempo, desde que atendam integralmente às exigências nele previstas.

3.2 O prazo de vigência dos contratos originários deste Credenciamento será de até 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com base no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO

3.1. A CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, pelos fornecimentos/serviços efetivamente realizados, conforme solicitação e demanda, os valores unitários estabelecidos na tabela a seguir, e condições constante do Termo de Referência (Anexo I deste contrato):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMAS	UNIDADE	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Hospedagem em Salvador/Ba para pacientes do município de São CoteGipe, em tratamento de saúde, contemplando: - Três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). - Translado diário (ida e volta) dos pacientes para as unidades de saúde (hospitais e clínicas) e terminais rodoviários em Salvador-Ba	Diária	4.200	R\$ 78,90	R\$ 331.380,00

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Os quantitativos acima são estimados, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços/fornecimentos efetivamente executados.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento ocorrerá em até 30 (tinta) dias, contados da data de entrega do objeto, prestação do serviço ou medição que ocorrerá mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado.

5.2 - O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

5.3 - Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

5.4 - Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

5.5 - A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

5.6 - No caso de o contratado emitir nota fiscal eletrônica, para atender o AJUSTE SINIEF 08/2010, deverá enviar o arquivo em formato XML/PDF, para o e-mail institucional contabilidade@cotegipe.ba.gov.br.

5.7 - Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

5.8 - O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

5.9 - O pagamento efetuado após o prazo estabelecido será considerado em atraso, gerando para o contratado o direito à atualização monetária considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, mediante aplicação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = VP (0,00016438356 x N + I), onde:
EM = Encargos moratórios a ser acrescido ao valor normal do pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento; e
I = Variação do IPCA no período de atraso.

5.10 - Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 - O reajustamento de preços poderá ser aplicado à presente contratação, mediante requerimento escrito da CONTRATADA, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data da realização do orçamento estimativo, de acordo com o disposto no art. 92 §§ 3º e 4º, da Lei nº. 14.133/2021, considerando-se para o seu cálculo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - As obrigações da contratante e contratada e demais disposições correlatas estão devidamente estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 - Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento da CONTRATANTE, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE: 02.05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.301.008.2.034 - GESTÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - REC. PRÓPRIOS (15%)

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTES DE RECURSO: 1.500.1002 - RECEITAS E TRANSF. DE IMPOSTOS - SAÚDE (CO 1002)



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotequipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As infrações praticadas pelo signatário da ata serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual sancionatório da Administração.

12.1.1. **As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

13.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 - O presente contrato poderá ser extinto, ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 137 da lei nº. 14.133/21, ou quando do transcurso do seu prazo de vigência, sem que haja a competente prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 - As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização e gestão de contratos serão designados por meio de ato próprio:

Gestor (a) de Contrato:

Nome:
Cargo:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

Portaria: _____

Fiscal de Contrato:

Nome: _____

Cargo: _____

Portaria: _____

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Cotegipe/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cotegipe/BA, ____ de ____ de 2026.

Pela Contratante:

BEATRIZ BATISTA RIBEIRO CALADO

Prefeitura Municipal

Gestor(a) de Contrato:

NOME _____
Cargo/Função

Fiscal(is) de Contrato:

NOME _____
Cargo/Função

Pela Contratada:

NOME DA CONTRATADA _____
Nome do representante _____
Representante Legal

Testemunhas:

1. _____
RG nº.: _____

2. _____
RG nº.: _____



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, CoteGipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

ANEXO IV MODELOS SUGERIDOS DE DECLARAÇÃO E DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA "_____", com sede na Rua _____, nº. _____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, representada, neste ato, por seu sócio-gerente Sr. _____, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado nesta cidade, nomeia e constitui seu representante, o Sr. _____, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG nº. _____, e do CPF nº. _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no CREDENCIAMENTO nº. ____/20xx, instaurado pela Administração Municipal de CoteGipe-BA, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.
Local e data.

Razão Social do Fornecedor
Nome do Representante Legal
(Assinatura)

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O(A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____, através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital de CREDENCIAMENTO nº. ____/20xx, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.
Por ser verdade, firmo(amos) a presente.
Local e data.

Razão Social do Fornecedor
Nome do Representante Legal
(Assinatura)